

Patricia Galindo da Fonseca
(Universidade Federal Fluminense)

Direito do consumidor

Estudo comparado
Brasil-Quebec

Apresentação

Claudia Lima Marques
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prefácio

Thierry Bourgoignie
(Université du Québec à Montréal)



Copyright © 2016 Patricia Galindo da Fonseca

Copyright © 2017 Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

Série Universidade, 5

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem
autorização expressa da editora.

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2017

Foi feito o depósito legal.

Índice

Apresentação 17

Prefácio 23

Introdução 27

Primeira parte – Surgimento e consolidação do direito do consumidor no Brasil e no Quebec 37

Capítulo 1 – Formação de um panorama normativo visando à proteção do consumidor brasileiro 39

1. Contexto jurídico favorável à adoção de uma dimensão ampla, coletiva e fundamental dos interesses dos consumidores 39
 - 1.1. *Dimensão ampla e coletiva 40*
 - A. Alguns crimes e delitos contra os consumidores 40
 - B. Necessidade de proteger, representar e organizar os consumidores 41
 - C. Ação civil pública e representação jurisdicional dos direitos coletivos dos consumidores 44
 - 1.2. *Dimensão de direito fundamental: constitucionalização dos direitos dos consumidores 46*
2. Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC) 52
 - 2.1. *Influência de legislações e doutrina estrangeiras 52*
 - 2.2. *Adoção e conteúdo do CDC 53*
 - A. Consumidor 57
 - A (a). Definição de base 57
 - A (b). Consumidor coletivo 58
 - A (c). Consumidor vítima de evento 59
 - A (d). Consumidor exposto 60
 - A (e). Consumidor hipervulnerável 61

B. Fornecedor 62

C. Serviços públicos 63

2. 3. *Instrumentos de proteção contratual* 64

A. Direito de arrependimento 65

B. Informação pré-contratual 66

B (a). Oferta contratual, informação e publicidade 67

B (b). Oferta não publicitária 68

B (c). Publicidade 70

C. Cláusulas abusivas 72

C (a). Parâmetro previsto no artigo 51 IV 72

C (b). Perspectiva objetiva 74

C (c). Posição minoritária 79

C (d). Revisão da cláusula abusiva 80

D. Práticas abusivas 83

2.4. *Preeminência dos direitos coletivos dos consumidores* 87

A. Concepção de direito coletivo dos consumidores como conjunto de direitos individuais 88

B. Concepção de direito coletivo em sentido estrito 89

C. Direito difuso 89

D. Pluralidade de conceitos de direito coletivo 91

3. Posição ocupada pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor no sistema jurídico brasileiro 92

3.1. *Princípios basilares do CDC* 92

A. Vulnerabilidade do consumidor 94

B. Ordem pública 97

C. Boa-fé objetiva 98

D. Equilíbrio contratual 99

E. Função social do contrato 100

F. Transparência 101

G. Informação 101

3.2. *Relação entre o Código Civil e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor: independência e complementaridade* 101

A. CDC versus Código Civil 102

A (a). Microsistema jurídico 102

A (b). Diálogo de fontes 103

B. Superioridade das normas do CDC 105

C. Influência do CDC sobre o Código Civil 106

Capítulo 2 – Formação de um quadro normativo visando à proteção do consumidor 109

1. Surgimento e desenvolvimento do direito do consumidor no Quebec 109

1.1. *Contexto histórico* 110

1.2. *Primeiras intervenções legislativas em favor dos consumidores* 113

A. Código Civil do Baixo Canadá	113
B. Intervenções legislativas na seara contratual	115
B (a). Reconhecimento da lesão entre maiores	116
B (b). À busca de um melhor equilíbrio entre credores e devedores	118
B (c). Regulamentação do contrato de venda a prazo	119
1.3. <i>Sociedade de consumo e explosão legislativa em favor dos consumidores</i>	120
1.4. <i>Década de 1970: um contexto sociopolítico propício à promoção dos interesses dos consumidores</i>	121
A. Era da modernidade e da soberania	123
B. Surgimento de um movimento associativo em favor dos consumidores	127
1.5. <i>Declínio do papel do Estado</i>	128
2. Legislação em vigor	131
2.1. <i>Dispersão das normas do direito do consumidor</i>	131
A. Competência legislativa federal	133
B. Competência legislativa provincial	145
2.2. <i>Proteção ao consumidor segundo a Lei sobre Proteção do Consumidor e o Código Civil do Quebec</i>	149
A. Lei sobre Proteção do Consumidor (1978)	149
A (a). Campo de aplicação	150
A.(b). A adoção da noção de consumidor “médio”	158
A.(c). Predominância de regras específicas	163
B. Código Civil de 1994	173
B (a). Contrato de consumo	174
B (b). Interpretação favorável ao consumidor	175
B (c). Cláusula externa	175
B (d). Cláusula ilegível ou incompreensível	176
B (e). Cláusula abusiva	178
2.3. <i>Relação entre o Código Civil e a Lei sobre Proteção do Consumidor</i>	180
A. Dependência do Código Civil	180
A (a). Integração parcial	181
A (b). Reconhecimento de uma categoria particular de contratos	183
A (c). Contribuições do Código Civil para a noção de “consumidor”	185
B. Contrato como fio condutor	187
B (a). Abordagem contratualista	187
B (b). Lei específica, mais do que geral	188
Capítulo 3 – Ruptura de confiança e iniciativas adotadas	191
1. Ruptura de confiança	191
1.1. <i>Individualização da sociedade e crise da pós-modernidade</i>	192
1.2. <i>Globalização dos mercados de consumo</i>	195

- 1.3. *Desenvolvimento das tecnologias de informação* 197
- 1.4. *Crise financeira e crise da zona do euro* 201
- 1.5. *Embaraços provocados pelo desenvolvimento sustentável* 207
- 2. *Movimento plural de reforma em curso* 208
 - 2.1. *Revisão da Lei sobre a Proteção do Consumidor (LPC) do Quebec* 209
 - A. *Primeira etapa da reforma* 210
 - B. *Segunda etapa da reforma* 211
 - C. *Projeto de reforma em curso: a luta contra o superendividamento* 214
 - 2.2. *Reforma institucional e revisão do CDC* 219
 - A. *Projeto de Lei 3.514 de 2015 (PL 3.514 de 2015)* 221
 - B. *Projeto de Lei do Senado n. 282 de 2012 (PL 282 de 2012)* 225
 - C. *Projeto de Lei 3.515 de 2015 (PL 3.515 de 2015)* 225

Segunda parte – Medidas visando garantir eficácia ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e à Lei sobre Proteção do Consumidor (LPC) 233

Capítulo 1 – Suporte de um quadro institucional específico 235

- 1. *Instituições administrativas encarregadas da proteção do consumidor* 235
 - 1.1. *No Quebec* 235
 - 1.2. *No Brasil* 242
 - A. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) 243
 - B. Procons 246
- 2. *Instituições judiciárias especializadas* 252
 - 2.1. *Sistemas jurídicos e papel do juiz* 252
 - 2.2. *Papel do juiz na aplicação do direito do consumidor no Brasil e no Quebec* 255
 - A. *No Brasil* 257
 - A (a). *Interpretação judicial* 257
 - A (b). *Varas especializadas em direito do consumidor* 258
 - A (c). *Juizado Especial Cível (JEC)* 259
 - A (d). *Ministério Público (MP)* 261
 - B. *No Quebec* 264
 - B (a). *Interpretação de certas disposições de direito material pelo juiz* 266
 - B (b). *Direito processual e o papel do juiz* 268
- 3. *Organização dos interesses dos consumidores e sociedade civil* 271
 - 3.1. *No Brasil* 271
 - A. *Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON)* 272
 - B. *Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)* 273

3.2. *No Quebec* 274

A. Organizações civis de proteção do consumidor 274

A (a). União dos Consumidores (tradução nossa) 276

A (b). Opção Consumidores (tradução nossa) 278

B. Poderes das organizações de proteção do consumidor 280

Capítulo 2 – Representação jurisdicional dos interesses coletivos dos consumidores 283

1. Vantagens de representação legal dos interesses coletivos dos consumidores 285

1.1. *Vantagens de natureza econômica* 285

A. Para os consumidores 286

B. Para o Poder Judiciário 287

C. Para os réus 288

1.2. *Considerações de justiça social* 288

2. Modos de representação legal dos interesses coletivos dos consumidores 289

2.1. *Objeto da ação de representação coletiva* 290

A. Ação preventiva 290

B. Ação de reparação 293

2.2. *Qualificação da pessoa autorizada a agir em representação do interesse coletivo* 294

2.3. *Sistema aberto ou misto* 294

A. Um ou mais indivíduos, agindo com ou sem mandato 301

B. Um grupo privado, tal como uma organização de consumidores 302

C. Um órgão público, como o Ministério Público 303

3. Representação legal dos direitos coletivos dos consumidores no Brasil 304

3.1. *Proteção de direitos difusos* 308

3.2. *Proteção dos direitos coletivos* 309

3.3. *Proteção dos direitos individuais homogêneos* 310

3.4. *Proteção dos diferentes tipos de direitos coletivos em uma única ação* 311

4. Representação jurídica dos direitos coletivos dos consumidores no Quebec 314

Capítulo 3 – Outras medidas visando facilitar o acesso à Justiça 329

1. Assistência jurídica ao consumidor 329

1.1. *Assistência jurídica no Brasil* 329

1.2. *Assistência jurídica no Quebec* 331

2. Inversão do ônus da prova 335

2.1. Inversão do ônus da prova segundo o CDC 337

A. Inversão facultativa do ônus da prova 337

B. Inversão obrigatória do ônus da prova 340

2.2. Inversão do ônus da prova segundo a LPC 341

Conclusão 345

Referências 357